

⇒ continuação

	2024	2023
12. Fomecedores e outras contas a pagar:		
Fomecedores diversos	63.218.629	54.049.322
Salários, provisões e obrigações sociais	21.710.607	20.183.060
Contas a pagar a representantes	4.588.623	4.188.680
Adiantamentos de clientes	870.154	1.493.924
Comissões a pagar	197.105	76.345
Outras contas a pagar	636.789	810.980
	<u>91.221.907</u>	<u>80.802.311</u>

13 Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2024, refere-se a financiamentos obtidos na modalidade FINAME, obtidos para aquisição de máquinas e equipamentos, com a incidência de juros entre 4% e 9,6% ao ano, a serem liquidados no próximo exercício social. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam garantias dadas aos financiamentos.

	2024	2023
14. Impostos a recolher:		
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	-	2.958.408
ICMS normal e substituição tributária sobre vendas de produtos a outros estados	-	2.715.349
IRRF sobre ordenados a empregados e diretores e serviços prestados	2.641.657	2.026.738
PIS e COFINS sobre venda de produtos	479.531	836.853
Outros	12.503	10.034
	<u>3.133.691</u>	<u>8.547.382</u>

16. Imposto de renda e contribuição social:					
(a) Movimentação e natureza dos tributos diferidos:					
Ativo de imposto diferido					
	2024	Reconhecido no resultado	2023	Reconhecido no resultado	2022
Tributos diferidos sobre adições temporárias:					
Provisão para contingências	-	(408.578)	408.578	-	408.578
Provisão para comissões a pagar	1.560.132	135.981	1.424.151	1.424.151	(23.500)
Operações com arrendamento	85.470	85.470	-	(24.592)	24.592
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	(11.088)	11.088
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
	1.645.602	(187.127)	1.832.729	1.364.971	467.758

Passivo de imposto diferido					
	2024	Reconhecido no resultado	2023	Reconhecido no resultado	2022
Diferença de depreciação para fins fiscais (RTT) (i)	(33.530.010)	(902.791)	(32.627.219)	802.973	(33.430.192)
Passivo de imposto diferido, líquido	(31.884.408)	(1.089.918)	(30.794.490)	2.167.944	(32.962.434)

(i) Refere-se à diferença entre as vidas úteis dos bens do ativo imobilizado considerada para fins contábil e fiscal, em razão da alteração da vida útil contábil, conforme descrito na Nota 2.8. **(b) Tributos "sub judice" corrigidos com base na taxa SELIC:**

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social sobre:		
Compensação acima do limite fiscal, mediante liminar	5.856.149	5.711.603
Dedução da correção monetária do Plano Verão	78.656	76.715
Outras importações	18.804	18.804
Depósitos judiciais (i)	(4.063.133)	(3.900.768)
	<u>1.890.476</u>	<u>1.906.358</u>

(i) Como parte da discussão dos Tributos "sub judice" foi exigido pela justiça depósitos judiciais para manutenção do direito de discussão do processo.

(c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva:

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda e JSCP	85.817.047	85.817.047	60.715.591	60.715.591
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
	(21.454.262)	(7.723.534)	(15.178.898)	(5.464.403)
Tributos sobre adições permanentes				
Multas não dedutíveis, auxílios e donativos	(330.632)	(119.028)	(447.220)	(160.999)
Redução dos tributos decorrentes do pagamento de juros sobre o capital próprio	9.000.000	3.240.000	8.000.000	2.880.000
Ajuste na depreciação fiscal utilizada no exercício	818.558	294.680	2.208.449	795.042
Outros	(591.173)	(212.823)	2.498.430	899.434
Total dos tributos no resultado	(12.557.509)	(4.520.705)	(2.919.239)	(1.050.926)

17. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social está dividido em 1.930.753 (um milhão novecentos e trinta mil,

15 Provisões para contingências: A Companhia avalia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, as probabilidades de ter contra si a materialização de contingências passivas de naturezas diversas, tais como oriundas de ações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2024, não havia processos em andamento classificados como provável perda (2023 - R\$ 1.201.696 classificados como provável perda), com base no resultado da avaliação de seus consultores jurídicos, o que resultou na baixa de provisão constituída para ações trabalhistas registradas em 2023. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de processos trabalhistas e tributários classificados como passivos contingentes, os quais têm a probabilidade de perda menor que provável conforme avaliação dos consultores jurídicos, e que precisam ser confirmadas por eventos futuros ainda incertos e que estão fora do controle da Companhia, não foram objeto de provisão contábil e são no montante de R\$ 10.697.685 (2023 - R\$ 8.420.810). Quando necessário são efetuados depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante referentes aos processos e questões em andamento. Em 31 de dezembro de 2024, esses depósitos judiciais são no montante de R\$ 2.607.394 (2023 - R\$ 1.480.134), os quais são apresentados no ativo não circulante.

	2024	Reconhecido no resultado	2023	Reconhecido no resultado	2022
Tributos diferidos sobre adições temporárias:					
Provisão para contingências	-	(408.578)	408.578	-	408.578
Provisão para comissões a pagar	1.560.132	135.981	1.424.151	1.424.151	(23.500)
Operações com arrendamento	85.470	85.470	-	(24.592)	24.592
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	(11.088)	11.088
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
	1.645.602	(187.127)	1.832.729	1.364.971	467.758

setecentos e cinquenta e três ações, das quais 965.377 (novecentas e sessenta e cinco mil, trezentas e setenta e sete) são ordinárias, e 965.376 (novecentas e sessenta e cinco mil, trezentas e setenta e seis) são ações preferenciais todas sem valor nominal. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a um voto nas deliberações de Assembleia Geral. As ações preferenciais da Companhia não terão direito a voto, mas conferirão aos seus titulares prioridade na distribuição de dividendo mínimo, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária. **(b) Destinação dos lucros:** Aos acionistas são assegurados por dividendos mínimos de 10% do lucro líquido do exercício, após a apropriação da reserva legal. Em 2024, foi registrado o valor de R\$ 6.534.251 (2023 - R\$ 5.390.815), referente a dividendos mínimos obrigatórios, bem como aprovada a distribuição complementar por meio do pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP"), conforme deliberado pela diretoria durante o exercício de 2023, no valor de R\$ 36.000.000 (2023 - R\$ 32.000.000). **(c) Reserva legal e de retenção de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social. O saldo remanescente de lucros acumulados, em 2024 e em 2023, foi transferido para a conta de reserva de lucros - "Retenção" para ter sua destinação final deliberada na Assembleia Geral Ordinária - AGO. Em Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2024, os acionistas deliberaram sobre os dividendos do exercício de 2023, aprovando a distribuição e o pagamento de R\$ 6.404.460, constituindo obrigação de R\$ 1.013.645 adicionais ao dividendo mínimo obrigatório. **(d) Juros sobre o capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio foram calculados de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e os montantes destinados a esse fim foram deduzidos das bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social em 2024 e 2023 (Nota 16(c)). **18. Lucro por ação: Básico e diluído:** O lucro básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações. A companhia não possui instrumentos diluidores para o cálculo de lucro diluído por ação.

	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas	68.738.833	56.745.426
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais (não houvenovas emissões no exercício)	1.930.753	1.930.753
Lucro básico e diluído por ação	<u>35,60</u>	<u>29,39</u>

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - Morlan S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Morlan S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

19 Transações com partes relacionadas: Em 2024, a remuneração do pessoal-chave da administração (diretorial) inclui salários, gratificações e contribuições previdenciárias no montante de R\$ 8.454.246 (2023 - R\$ 7.286.256). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar aos acionistas da Companhia a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio é de R\$ 37.134.250 (2023 - R\$ 32.595.246). **20 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa: (a) Reconciliação da dívida líquida:** Em 31 de dezembro, a composição da dívida líquida é como segue:

	2024	2023
Empréstimo de curto prazo	651.458	651.458
Passivo de arrendamento de curto prazo	4.423.435	-
Total da dívida	5.074.893	651.458
Caixa e equivalentes de caixa	(237.732.584)	(236.264.734)
Total da dívida, líquida	<u>(232.657.691)</u>	<u>(236.613.276)</u>

A reconciliação da dívida líquida com as movimentações é como segue:

	2024	2023
Divida líquida em 31 de dezembro de 2022	4.004.779	349.151
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Pagamento de principal	(3.320.660)	(349.151)
Pagamento de juros	(124.103)	(19.678)
Outras movimentações	-	-
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		
Variações monetárias/cambiais	(560.016)	(560.016)
Juros provisionados	651.458	19.678
Divida líquida em 31 de dezembro de 2023	651.458	-
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Novos arrendamentos contratados	-	5.215.068
Pagamento de principal	-	(1.187.200)
Pagamento de juros	-	(237.440)
Outras movimentações	-	-
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		
Juros provisionados	-	633.007
Divida líquida em 31 de dezembro de 2024	<u>651.458</u>	<u>4.423.435</u>

21 Receita de vendas: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2024	2023
Vendas no mercado interno	1.093.616.847	1.065.098.412
Vendas no mercado externo	44.471.324	44.691.292
Receita bruta	1.138.088.171	1.109.789.704
Impostos e contribuições	(185.000.940)	(175.367.846)
Descontos e devoluções de vendas	(7.311.433)	(7.854.278)
Receita líquida	<u>945.775.798</u>	<u>926.567.580</u>

	2024	2023
22. Despesas por natureza:		
Matéria-prima	428.027.837	430.621.918
Custos com pessoal	147.947.458	151.603.441
Comissões sobre vendas	28.072.258	30.678.543
Manutenções de máquinas, equipamentos e veículos	45.475.984	45.563.851
Despesas com fretes, expedições e viagens	43.173.312	35.508.341
Gastos gerais de produção	115.412.549	115.635.545
Energia elétrica, água e esgoto	24.901.630	24.949.744
Depreciação e amortização	24.625.223	22.905.742
Serviços de terceiros	10.137.456	7.455.774
Propaganda e publicidade	5.239.448	6.133.187
Seguros diversos	6.166.172	5.952.515
Descontos sobre vendas	373.782	1.549.721
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(72.329)
Outras despesas	8.449.514	6.848.022
	<u>888.002.622</u>	<u>885.334.014</u>

	2024	2023
Classificação		
Custo das vendas	724.090.969	731.303.075
Despesas com vendas	74.921.279	72.563.039
Despesas administrativas	<u>88.990.375</u>	<u>81.467.900</u>
	<u>888.002.622</u>	<u>885.334.014</u>

	2024	2023
23. Outras receitas (despesas), líquidas:		
Resultado na venda e/ou baixa de ativos imobilizados	202.124	(1.418.591)
PIS/COFINS sobre outras receitas	(1.358.838)	(1.178.575)
Outras receitas	1.721.447	1.516.615
	<u>564.733</u>	<u>(1.080.551)</u>

A DIRETORIA

LUIZ ANTONIO FÁVARO
 TC.CRC 1SP047906/O-3

levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 27 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Audítores Independentes Ltda.
 CRC SP000160/O-5

Luís Fernando de Souza Maranhã
 Contador
 CRC 1SP201527/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 28/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link